



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Apoio Regional de Patrocínio

Parecer nº 344/IEF/NAR PATROCINIO/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0059812/2021-41

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: S&A EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	CPF/CNPJ: 21.034.977/0001-08
Endereço: Rua Augusta Alves da Silva, 120	Bairro: Dona Laureana
Município: Abadia dos Dourados UF: MG	CEP: 38.540-000
Telefone:	E-mail:

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA PROGRESSO	Área Total (ha): 29,5698
Registro nº (se houver mais de um, citar todos):	Município/UF: Abadia dos Dourados
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3100104-05D1.C6E3.F211.4893.90FB.54B4.8DDA.9E0F	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	315	árvores

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	315	árvores	23K	247.693	7.954.559

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		21,3066

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Agricultura			21,3066

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		86,3935	M³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: **15/10/2021**Data da vistoria: **05/10/2021**

Data de solicitação de informações complementares: **não houve**

Data do recebimento de informações complementares: **não houve**

Data de emissão do parecer técnico: **18/10/2021**

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar o requerimento para o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em uma área de 21,3066 ha. É pretendido com a intervenção, a implantação da agricultura no imóvel.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Progresso, possui área total de 29,5698 hectares (0,74 módulos fiscais), situa-se no Município de Abadia dos Dourados - MG (cobertura vegetal nativa de 29,83%), pertence a microbacia hidrográfica do Rio Dourados e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1). A propriedade é desprovida de recurso hídrico e não possui em seu interior, área considerada de preservação permanente. A gleba atualmente encontra-se toda formada por gramínea exótica (braquiária) onde se desenvolve a pecuária. O imóvel está inserido no Bioma CERRADO. A intenção do proprietário é o aproveitamento da área para o desenvolvimento da atividade agrícola através do plantio de grãos.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: **MG-3100104-05D1.C6E3.F211.4893.90FB.54B4.8DDA.9E0F**

- Área total: **30,5770 ha** [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: **0,0000 ha** [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: **0,0000 ha** [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: **30,5770 ha** [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: **Imóvel não possui reserva legal.**

() A área está preservada: xxxxx ha

() A área está em recuperação: xxxxx ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal: **não se aplica**

() Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

não se aplica

- Qual a modalidade da área de reserva legal: **não se aplica**

() Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: **não se aplica**

- Parecer sobre o CAR:

*"Verificou-se que as informações prestadas no CAR **MG-3100104-05D1.C6E3.F211.4893.90FB.54B4.8DDA.9E0F** apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel no dia 05/10/2021. "*

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Requer o empreendedor o corte ou aproveitamento de 315 árvores isoladas vivas em área já antropizada e coberta por braquiária.

A área de intervenção possui relevo suave ondulado e latossolo vermelho amarelo.

Foi apresentado o plano de utilização pretendida (censo florestal) e o mesmo é de responsabilidade técnica do Biólogo Antonio Rodrigues de Souza Neto CRBio 049960/04-D e ART 20211000110909.

Pelos dados do censo florestal apresentado as espécies predominantes no local são, em ordem decrescente: Cagaita, Jacarandá, Jatobá entre outras espécies da fitofisionomia cerrado.

Não consta no PUP espécies protegidas por lei .

O material lenhoso gerado pela intervenção (86,3935 m³ de lenha nativa), será utilizado pelo proprietário no interior do imóvel.

Taxa de Expediente: Valor R\$ 575,82 (Quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), quitada em 27/09/2021.

Taxa florestal: Valor R\$ 480,38 (Quatrocentos e oitenta reais e trinta e oito centavos), recolhida em 27/09/2020. Não houve necessidade de complementação de taxa.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: Recibo número: 23117529

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Após consulta do polígono de intervenção à ferramenta de auxílio de tomada de decisão, (IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>), verifiquei que a área requerida não possui impedimentos que inviabilizem o corte das árvores isoladas e implantação da atividade agrícola no imóvel em questão.

- Vulnerabilidade natural: Variando entre muito baixa e baixa (consulta ao polígono de intervenção)

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa (consulta ao polígono de intervenção)

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: A área de intervenção do imóvel não está inserida em área de prioridade de conservação especial/extrema, segundo estudos da Fundação Biodiversitas.

- Unidade de conservação: não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: não se aplica

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006] não se aplica

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Pecuária

- Atividades licenciadas: G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Modalidade de licenciamento: Não Passível - CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Número do documento: Não possui

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria do imóvel foi realizada em 05/10/2021. O imóvel, está todo formado em braquiária com o desenvolvimento da pecuária. Observei que as árvores que se pretende suprimir, são características da fitofisionomia cerrado, caracterizadas por troncos cascudos e retorcidos. Verifiquei também, pelas marcas existentes nos troncos das árvores, que a área já sofreu com queimadas. A área está apta ao fim requerido, sendo perfeitamente possível a instalação da atividade pretendida. Nem o consultor nem o proprietário me acompanharam na vistoria, porém, o conteúdo deste parecer foi repassado na íntegra ao consultor. O consultor ainda foi alertado da importância de adotar técnicas de conservação de solo e água, principalmente a adoção do plantio direto. Não existe no imóvel áreas subutilizadas.

Existe um veio de drenagem que demanda cuidado com relação a conservação do solo, principalmente a construção de cacimbas.

Não encontrei durante a vistoria espécies protegidas por lei, especialmente a Lei 20.308/12.

O imóvel não possui reserva legal, porém o mesmo encontra-se de acordo com a legislação ambiental vigente.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Relevo suave ondulado.

- Solo: Latossolo vermelho amarelo

- Hidrografia: O imóvel não possui nenhum recurso hídrico em seu interior.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: O imóvel encontra-se 100% antropizado.

- Fauna: Predominantemente pequenas aves.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Pelo fato da áreas estar 100% antropizada, os impactos ambientais causado pela supressão das árvores isoladas serão insignificativos.

Desde que se adote as medidas mitigadoras propostas neste parecer, principalmente a adoção do plantio direto e os cuidados com as queimadas e conservação do solo (cacimba), entendendo não haver impedimentos à autorização para a supressão das árvores isoladas.

Saliento que não existe na área espécies protegidas por lei.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

1. **Impacto:** Depreciação da qualidade do ar, quando da emissão de partículas solidas e de gases resultantes de combustão, em virtude do emprego de maquinarias em diferentes operações.
2. **Medida Mitigadora:** Aprimorar a qualidade dos combustíveis e a parte mecânica das maquinarias, diminuindo o seu potencial poluidor; implantar um sistema eficiente de manutenção das maquinarias; treinar melhor os operários para a execução racional das tarefas mecanizadas; e utilizar caminhões-pipa para irrigar o solo, em áreas acessíveis, durante a realização das tarefas.
3. **Impacto:** Dificuldade de infiltração de água pela compactação dos solos, prejudicando o abastecimento do lençol freático.
4. **Medida Mitigadora:** Utilizar tratores com menor capacidade de compactação do solo; aprimorar o treinamento dos operários na execução das tarefas, evitando o excesso de compactação do solo, adotar prática de plantio direto na palha.
5. **Impacto:** Danos a microbiota do solo oriundo do uso de biocidas.
6. **Medida Mitigadora:** utilizar biocidas que apresentem menor tempo de degradação do seu princípio ativo; uso consciente de biocidas na área.
7. **Impacto:** danos a microbiota do solo, quando do uso de fogo.
8. **Medida Mitigadora:** restringir o uso do fogo na área, principalmente na queima de restos de vegetação, após o desmatamento; realizar a retirada mecânica de serapilheira e restos vegetais em vez do uso de fogo para a limpeza, construção de aceiros no entorno da área;
9. **Impacto:** danos a microbiota do solo em razão da exposição do solo.
10. **Medida Mitigadora:** realizar o plantio de cobertura vegetal o quanto antes possível, afim de proteger o solo dos intempéries.
11. **Impactos:** Perdas de solo
12. **Medida Mitigadora:** Plantio e construção de curvas em nível.

6. CONTROLE PROCESSUAL

[Espaço destinado para o controle processual do processo.]

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

7. CONCLUSÃO

1. Considerando que o imóvel encontra-se devidamente inscrito no CAR – Cadastro Ambiental Rural;
2. Considerando que não existem áreas subutilizadas no imóvel;
3. Considerando que a área está apta ao fim requerido;
4. Considerando que o imóvel precisa cumprir sua função social;

Me posiciono favorável ao deferimento do corte ou aproveitamento de 315 árvores isoladas na Fazenda Progresso cuja a proprietária é a empresa S&A EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

O rendimento lenhoso gerado a partir da supressão é de 86,3935 m³ de lenha nativa que será utilizado na propriedade conforme requerimento.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

O Valor da taxa de reposição florestal referente a 36,17 m³ de lenha nativa é: R\$ 2.058,77 (Dois mil e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos).

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Não se aplica

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC () SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MARCOS DE SIQUEIRA NACIF JUNIOR

MA SP: 1.250.587-1

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Siqueira Nacif Junior, Gerente**, em 18/10/2021, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36665401** e o código CRC **C45CB200**.